

“Ideologia de gênero”: uma ofensiva reacionária transnacional

Rogério Diniz Junqueira¹

(...) Isto comporta ao mesmo tempo a defesa do direito dos pais à educação moral e religiosa dos próprios filhos. E a este propósito, gostaria de manifestar a minha rejeição de qualquer tipo de experimentação educativa com as crianças. Com as crianças e os jovens não se pode fazer experimentos. Elas não são cobaias de laboratório! Os horrores da manipulação educativa que vivemos nas grandes ditaduras genocidas do século XX não desapareceram; conservam a sua actualidade sob outras aparências e propostas que, com a pretensão de modernidade, impelem as crianças e os jovens a percorrer o caminho ditatorial do «pensamento único». Há pouco mais de uma semana, um grande educador disse-me: «Às vezes não sabemos se com estes programas — referindo-se a projectos concretos de educação — mandamos uma criança para a escola ou para um campo de reeducação». (Papa Francisco. Discurso a uma delegação do Departamento Internacional Católico para a Infância, Cidade do Vaticano, 11 abril de 2014).

Nos últimos anos, em dezenas de países de todos os continentes, presencia-se a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no “gênero” o principal mote em suas mobilizações. “Gênero”, “ideologia de gênero”, “teoria do gênero” ou expressões afins são brandidos em tons alarmistas, conclamando a sociedade para enfrentar um inimigo imaginário comum. E, em nome da luta contra ele, se empreendem ações políticas voltadas a reafirmar e impor valores morais tradicionais e pontos doutrinários cristãos dogmáticos e intransigentes.

Com efeito, por meio de uma tematização acerca dos “riscos” da infiltração da perspectiva de gênero nas instituições, na política e na vida cotidiana, tal ofensiva visa, além de recuperar espaço à Igreja em sociedades envolvidas em distintos processos de secularização, conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero. Para tanto, tais cruzados morais investem maciçamente na (re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual. Deste modo, procuram também promover a restauração ou, mais propriamente, o *aggiornamento* do estatuto da ordem sexual tradicional e reforçar as disposições relativas às normas de gênero, à heterossexualidade obrigatória e à heteronormatividade.

Os interessados no assunto são concordes em afirmar que o nebuloso sintagma “teoria/ideologia de gênero”, com suas variações, é uma invenção católica que emergiu

¹ Doutor em Sociologia das Instituições Jurídicas e Políticas pelas Universidades de Milão e Macerata (Itália), integra o quadro permanente de pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e é pesquisador colaborador pleno do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UnB).

sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. Nos anos seguintes, o sintagma espalhou-se na forma de um poderoso *slogan*, incendiando a arena política de dezenas de países, ao catalisar manifestações virulentas contra políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas voltadas a promover os direitos sexuais² e punir suas violações, enfrentar preconceitos, prevenir violências e combater discriminações (hetero)sexistas. Com efeito, evidencia-se na atuação desses missionários da família natural a intencionalidade de, por exemplo, opor-se a ações voltadas a legalizar o aborto, criminalizar a homotransfobia, legalizar o casamento igualitário, reconhecer a homoparentalidade, estender o direito de adoção a genitores de mesmo sexo, bem como políticas educacionais de igualdade sexual e de gênero e de promoção do reconhecimento da diferença/diversidade sexual e de gênero (CARNAC, 2014; GARBAGNOLI, 2014; HUSSON, 2014a, 2014b; PATERNOTTE, 2016; ROSADO-NUNES, 2015).

Antes de prosseguir, vale sublinhar que “teoria de gênero” não é sinônimo de “Estudos de Gênero”. “Teoria”, ali, aparece sempre no singular e, frequentemente, é substituída por “ideologia” – termos curiosamente tratados como sinônimos nos documentos da Cúria Romana dedicados ao tema³. Assim, nos sítios discursivos vaticanos, bem como em outros cenários em que se polemizam questões de gênero a partir desses pressupostos, não há diferença entre “teoria de gênero” e “ideologia de gênero”. São sintagmas fabricados na forma de *rótulos* políticos. E enquanto rótulos, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização.

Não por acaso, o emprego de um, de outro ou de suas contínuas metamorfoses parece obedecer unicamente às avaliações acerca de sua eficácia política, calculada a partir de técnicas de marketing. Assim, desde meados anos 1990, ao longo de um esforço criativo para encontrar as combinações que melhor funcionassem no espaço mediático e político, foram numerosas as formas de declinação desses sintagmas emersas dos

² Para uma reflexão sobre a emergência e os debates em torno da noção de direitos sexuais, ver: Corrêa (2004, 2006), Petchesky (1999), Rios (2007).

³ Extrapolaria os propósitos deste artigo ingressar nas complexidades das discussões sobre o conceito ideologia. Cabe observar que, antes que eclodissem as polêmicas e os enfrentamentos que aqui se procura problematizar, o conceito sociológico “ideologia de gênero” já tinha sido elaborado, com o intuito de permitir identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens. De acordo com tal entendimento, são manifestações de ideologias de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia, assim como esta polêmica empreendida pelo Vaticano contra o “gender” e a “teoria/ideologia do gender”.

documentos vaticanos e das conferências episcopais: teoria do *gender*, ideologia de *gender*, ideologia da ausência de sexo, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria do gênero *queer*, teoria do gênero radical, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultra feminista do *gender*, ideologia do *lobby gay*, ditadura do *gender*, genderismo, ou, simplesmente, *gender*. Tais sintagmas foram progressivamente se descolando dos contextos vaticanos e passaram a animar ações midiaticamente muito eficazes, para enfim se legitimar como categorias políticas, passando a figurar em documentos de Estado e estar presentes em pronunciamentos de dirigentes políticos, inclusive com ares de aparente laicidade.

É preciso sublinhar que tais sintagmas não são conceitos científicos: são grotescas formulações paródicas ou até fantasmáticas que, porém, atuam como poderosos *dispositivos retóricos reacionários*, eficazes na promoção de polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais. Nesse empenho reacionário, investe-se em um clima de *pânico moral* (COHEN, 1972, 2011) contra grupos social e sexualmente vulneráveis e marginalizados por meio do acionamento de variadas estratégias discursivas, artificios retóricos, repertórios, redes de intertextualidade etc. Ao fazê-lo, incide-se em processos de construção de categorias de percepção e de classificação do mundo que podem estar relacionados a processos inscritos na longa duração.

Nada surpreendentemente, para seus formuladores, pouco poderá importar se o rótulo-*slogan* “teoria/ideologia de gênero” se refere ou não a algo concretamente verificável ou se suas teses podem resistir a um confronto acadêmico. Pouco importa se se trata ou não de um rótulo sem referente, uma espécie de formulação fantasmagórica. Como se sabe, tal como em um rito de instituição, aliada a um cenário particular favorável, uma eficiente estratégia discursiva pode atingir uma parcela de convicção e adesão suficiente para, socialmente, fazer criar e fazer perceber aquilo que enuncia.

Ao lado disso, é importante reter que os defensores do emprego polêmico do sintagma em questão, em vez de debater com os seus adversários, preferem ridicularizá-los e estigmatizá-los como: destruidores da família, familiofóbicos, homossexualistas, gayzistas, feminazis, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos, etc. Não por acaso, entre cruzados antigênero é recorrente o apelo à produção e disseminação de notícias e relatos falsos, escandalísticos e caluniosos. Os repertórios variam em torno dos mesmos temas:

docentes da educação infantil obrigam os meninos a vestir saias e a brincar de bonecas, espancam os alunos com genitais de pelúcia, ministram aulas práticas de masturbação, difundem pornografia, defendem a pedofilia, a zoofilia e a poligamia; os alunos, chocados, desmaiam; os professores “dissidentes” são ameaçados e processados; pais que se opõem à doutrinação do *gender* nas escolas são levados à prisão, etc. (CAMPOY, 2016; CASELLATO, 2015; PELLAI, 2015).

As formulações teóricas dos adversários devem ser capturadas, descontextualizadas, homogeneizadas, esvaziadas, reduzidas a *uma* teoria, distorcidas, caricaturadas e embutidas de elementos grotescos para serem, finalmente, denunciadas e repelidas. Os inesgotáveis debates, interrogações e problematizações, bem como os instrumentos e os resultados produzidos pelos estudos científicos e acadêmicos há pouco mencionados são objetivados como uma perigosa, enganosa e ilegítima “teoria”/“ideologia”, que, por meio de “manipulações linguísticas”, produziria a “colonização da natureza humana”. Em tal cenário, não há por parte desses alarmados cruzados nenhum interesse pelo confronto acadêmico. O seu público alvo, os atores cujas mentes e corações eles anseiam alcançar, seduzir e arrancar adesão, são principalmente gestores públicos, parlamentares, juristas, jornalistas, dirigentes escolares, eleitores.

Em tais discursos polêmicos, a “teoria/ideologia do gênero” é frequentemente denunciada como uma forma de “doutrinação neototalitária”, de raiz marxista e atea, e ainda mais opressiva e perigosa do que o marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade. Seria, segundo tal entendimento, uma ideologia que serve de referência à ONU. Não por acaso, nos discursos de tais missionários, é frequente o emprego do termo *gender*, em inglês e itálico. O propósito é o de promover um estranhamento e, por conseguinte, o rechaço de um conteúdo, objetivado como uma “propaganda”, uma imposição do imperialismo cultural dos Estados Unidos da América, da ONU, da União Europeia e das agências e corporações transnacionais dominadas por “lobbies gays”, feministas, que juntamente com defensores do multiculturalismo e do politicamente correto, extremistas ambientalistas, neomarxistas e outros pós-modernos, garantiriam a hegemonia daquela “ideologia” naqueles ambientes peculiares. *Gender*, de tão alienígena e inapropriado, nem encontraria exata tradução (CARNAC, 2014; FAVIER, 2012; GARBAGNOLI, 2014).

A gênese do sintagma

Em reação às discussões ocorridas para a aprovação dos documentos da Conferência Internacional sobre População, no Cairo, em 1994, e da Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, no ano seguinte, dezenas de “especialistas” foram convocados pelo Vaticano para pôr em marcha uma contraofensiva para reafirmar a doutrina católica e a naturalização da ordem sexual.

Em 1994, Christina Hoff Sommers, ensaísta antifeminista, professora de Filosofia da Clark University, publicou o livro *Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*, com o apoio do *think tank* da direita norte-americana. Nele, ela atacou o que chamou de *gender feminism*: um feminismo “ideológico” que, em vez de buscar a conquista de igualdade de direitos entre homens e mulheres, passou a antagonizar desigualdades históricas baseadas no gênero, falando em patriarcado, hegemonia masculina, sistema sexo-gênero etc. O livro teve grande circulação e repercussão.

Não por acaso, na ocasião das conferências da ONU, a expressão cunhada por Sommers foi retomada por Dale O’Leary, jornalista e escritora norte-americana, ligada à Opus Dei, representante do *lobby* católico *Family Research Council* e da *National Association for Research & Therapy of Homosexuality*, que promove terapias reparadoras da homossexualidade. Entre suas publicações mais importantes está o livro *The Gender Agenda: redefining equality* (1997). Ela mantém o blog *What Does the Research Really Say?*, com artigos em defesa da moralidade e da família tradicional.

Em *Agenda de Gênero* (1997), a escritora retoma a crítica às *gender feminists*: elas teriam inspiração marxista e fomentariam uma “ideologia” que desrespeita as diferenças biológicas, convoca à “guerra dos gêneros”, afirma a construção social dos papéis sexuais com o objetivo de “abolir a natureza humana” e impedir a principal missão da mulher na esfera educativo-zeladora. A “agenda de gênero”, segundo ela, teria como meta construir um mundo com menos pessoas, mais prazer sexual, sem diferenças entre homens e mulheres e sem mães em tempo integral. Para colocá-la em prática, seria preciso garantir acesso gratuito à contracepção e ao aborto, estimular a homossexualidade, oferecer uma educação sexual a crianças e jovens que incentive a experimentação sexual, abolir os direitos dos pais em educar seus filhos, instituir a paridade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, inserir todas as mulheres no mercado de trabalho e desacreditar as religiões que se oponham a este projeto. É de O’Leary o argumento, constantemente retomado pelos movimentos antigênero, de que esta agenda seria liderada por feministas radicais e promovida por agentes do controle populacional e da liberação sexual, ativistas gays, multiculturalistas e promotores do politicamente correto,

extremistas ambientalistas, neomarxistas, pós-modernos desconstrutivistas. Tais ativistas do gênero visariam dominar os organismos internacionais, as universidades e o Estado. A ONU, por exemplo, estaria sob o domínio deles.

Naquele mesmo ano, o monsenhor Michel Schooyans publicou o livro *L'Évangile face au désordre mondial* (1997), com prefácio escrito pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Este religioso belga se destacava pelas críticas ao aborto e ao uso de contraceptivos e por ter sido o primeiro a acusar os organismos internacionais de estarem à deriva do interesse de minorias subversivas promotoras de uma cultura antifamília, do “colonialismo sexual” e da “ideologia da morte”. Suas contribuições foram centrais na formulação da ideia de um complô da “ideologia de gênero” por parte das “ultra-feministas”. Neste livro, ele dedicou amplo espaço à denúncia da “ideologia de gênero”. E esta é possivelmente uma das primeiras obras – se não for a primeira – em que o sintagma foi empregado no sentido adotado pelas cruzadas antigênero⁴.

Em abril de 1998, o sintagma “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em um documento eclesiástico. Tratava-se de uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, produzida pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, marianista, Bispo Auxiliar de Lima. Baseado em um artigo de O’Leary (1995) redigido para subsidiar os trabalhos preparatórios dos grupos pró-vida e pró-família para a Conferência de Pequim, o documento tornou-se uma referência. Na sua Apresentação, lê-se:

Tem-se ouvido durante estes últimos anos a expressão “gênero” e muitos imaginam que é apenas uma outra maneira de se referir à divisão da humanidade em dois sexos. Porém, por detrás desta palavra se esconde toda uma ideologia que pretende, precisamente, modificar o pensamento dos seres humanos acerca desta estrutura bipolar.

Os proponentes desta ideologia querem afirmar que as diferenças entre o homem e a mulher, fora as óbvias diferenças anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa que torne alguns seres humanos homens e, a outros, mulheres. Pensam, além disso, que as diferenças de pensar, agir e valorizar a si mesmos são produto da cultura de um país e de uma época determinadas, que atribui a cada grupo de pessoas uma série de características que se explicam pelas conveniências das estruturas sociais de certa sociedade.

Querem se rebelar contra isto e deixar à liberdade de cada um o tipo de “gênero” a que quer pertencer, todos igualmente válidos. Isto faz com que homens e mulheres heterossexuais, os homossexuais, as lésbicas e os bissexuais sejam apenas modos de comportamento sexual produto da escolha de cada pessoa, liberdade que todos os demais devem respeitar. Não é

⁴ A expressão eventualmente empregada por Sommers (1994), *gender feminists ideology*, embora semelhante, não apresenta tônica ou teor semântico idênticos ao sintagma “teoria/ideologia do *gender*” adotado pelo ativismo antigênero. Reverberando Sommers, O’Leary (1995) inicialmente falava em *radical ideology, feminist ideology, radical feminist ideology, gender feminist ideology*. Na sua produção posterior, O’Leary passou a adotar *gender ideology* na acepção em que veio se firmar entre tais ativistas.

necessária muita reflexão para se dar conta de quão revolucionária é esta posição e das consequências que implicam a negação de que há uma natureza dada a cada um dos seres humanos por seu capital genético. Dilui-se a diferença entre os sexos como algo convencionalmente atribuído pela sociedade e cada um pode “inventar” a si mesmo.

Toda a moral fica à livre decisão do indivíduo e desaparece a diferença entre o permitido e o proibido nesta matéria. As consequências religiosas são também óbvias. É conveniente que o público em geral perceba claramente o que tudo isto significa, pois os proponentes desta ideologia usam sistematicamente uma linguagem equívoca para poder se infiltrar mais facilmente no ambiente, enquanto habituam as pessoas a pensar como eles. (...) (ALZAMORA REVOREDO, 1998, s/p.; tradução: Apostolado Veritatis Splendor; sublinhado do autor).

Pouco depois, o sintagma “ideologia de gênero” aparece pela primeira vez em um documento da Cúria Romana, com a publicação de *Família, Matrimônio e “uniões de fato”*, de 26 de julho de 2000, pelo Pontifício Conselho para a Família.

8. Dentro de um processo que se poderia denominar de gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial, não deve ser subestimada a difusão de certa ideologia de “gênero” (“gender”). Ser homem ou mulher não estaria determinado fundamentalmente pelo sexo, mas pela cultura. Com isto se atacam as próprias bases da família e das relações interpessoais.

(...) Em um correto e harmônico processo de integração, a identidade sexual e a genérica se complementam, dado que as pessoas vivem em sociedade de acordo com os aspectos culturais correspondentes ao seu próprio sexo. A categoria de identidade genérica sexual (“gender”) é portanto de ordem psico-social e cultural. Ela corresponde e está em harmonia com a identidade sexual de ordem psico-biológica, quando a integração da personalidade se realiza como reconhecimento da plenitude da verdade interior da pessoa, unidade de alma e corpo.

A partir da década 1960 a 1970, certas teorias (que hoje os expertos costumam qualificar como “construcionistas”), sustentam não somente que a identidade genérica sexual (“gender”), seja o produto de uma interação entre a comunidade e o indivíduo, mas que também esta identidade genérica seria independente da identidade sexual pessoal, ou seja, que os gêneros masculino e feminino da sociedade seriam um produto exclusivo de fatores sociais sem relação com verdade alguma da dimensão sexual da pessoa. Deste modo, qualquer atitude sexual resultaria como justificável, inclusive a homossexualidade, e a sociedade é que deveria mudar para incluir junto ao masculino e ao feminino, outros gêneros, no modo de configurar a vida social.

A ideologia de “gender” encontrou na antropologia individualista do neo-liberalismo radical um ambiente favorável. A reivindicação de um estatuto semelhante, tanto para o matrimônio como para as uniões de fato (inclusive as homossexuais), costuma hoje em dia justificar-se com base em categorias e termos procedentes da ideologia de “gender”. Assim existe uma certa tendência a designar como “família” todo tipo de uniões consensuais, ignorando deste modo a natural inclinação da liberdade humana à doação recíproca e suas características essenciais, que constituem a base desse bem comum da humanidade que é a instituição matrimonial (PONTIFÍCIO Conselho para a Família, 2000, s/p., tradução disponível no portal do Vaticano).

Em 2003, foi então publicado, sob a égide do Pontifício Conselho para a Família, o mais amplo, incisivo e polêmico documento elaborado sobre o tema: o *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente do Conselho, o cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, um ferrenho opositor à Teologia da Libertação, contrário ao uso de preservativos, ao casamento homossexual, às pesquisas em células tronco etc. Para a produção desse

dicionário enciclopédico (que na segunda edição conta com 103 verbetes ou artigos apologéticos) sobre temas relativos a gênero, sexualidade, bioética colaboraram mais de 70 autores – conselheiros do Vaticano ou atuantes em suas instituições de ensino.

O artigo de Alzamora Revoredo, juntamente com aquele escrito pela teóloga alemã e numerária da Opus Dei Jutta Burggraf *¿Qué quiere decir género? En torno a un nuevo modo de hablar*, inicialmente publicado em 2001 – e no *Lexicon* publicado com o título “Gênero (*gender*)” – tornaram-se textos de iniciação para interessados em aprender sobre a “ideologia de gênero” e a combatê-la. Também cumpriu esse papel, especialmente na ampliação do dicionário, o documento intitulado *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*, de Ratzinger. Apresentado em 2003, o documento visava munir os bispos de argumentos para promover “a dignidade do matrimônio” e “esclarecer a ação dos homens políticos católicos”, oferecendo-lhes “as linhas de conduta conforme a consciência cristã quando estes se deparassem com projetos de lei referentes a este problema”.

Para a produção discursiva de todo o material do *Lexicon*, pode-se observar que a sua matriz ideológica é, em grande medida, a mesma que instruiu a produção dos textos de Dale O’Leary e de outras antifeministas. Os artigos do dicionário vaticano também reverberam os discursos sexistas e homofóbicos promovidos no campo do associacionismo pró-vida e das comunidades terapêuticas de cura gay. Mas o mais importante é que, fundamentalmente, os textos encontram-se filosoficamente atrelados tanto à doutrina professada pela Opus Dei, quanto à Teologia do Corpo, formulada por Karol Wojtyła desde o início de seu pontificado⁵.

Em seu Prefácio, o cardeal Alfonso López Trujillo informa que o *Lexicon* tem um objetivo preciso: esclarecer, desmascarar termos ambíguos e equívocos que ocultam a intenção de “adocicar a sua expressão, a fim de evitar uma rejeição quase instintiva”. Ele explica que a ideia nasceu em 1999 quando, por ocasião de um encontro em Roma com representantes de ONGs, surgiram discussões sobre os termos “ambíguos” usados nas conferências internacionais da ONU. Seria preciso enfrentar essa ambiguidade que

⁵ É importante lembrar que tal teologia encontrou uma de suas mais nítidas formulações na *Carta de João Paulo II às Famílias, Gratissimam Sane*, de 2 de fevereiro de 1994, o Ano da Família. Ela postula que as disposições da mulher – em primeiro lugar, o amor materno – são naturais e derivam diretamente da sua específica anatomia, e de seu corpo deriva também a sua “particular psicologia”. Diferentemente do que postulava a doutrina tradicional da Igreja, agora a mulher deixa de ser representada como subordinada ao homem e torna-se sua complementar. Diferente, mas igual em dignidade. A centralidade dessa Teologia se manteve intacta nas décadas seguintes, e seus elementos podem ser facilmente encontrados nos pronunciamentos das autoridades eclesiásticas sobre o tema.

serviria para camuflar estratégias contrárias à dignidade da pessoa e da família e à tutela da vida humana. Assim, todo o trabalho de tessitura do dicionário parte da premissa de que “um dos sintomas mais preocupantes do ofuscamento moral é a confusão terminológica”. Uma confusão e uma ambiguidade que, segundo os pressupostos norteadores do *Lexicon*, estariam presentes no uso que parlamentares, dirigentes de organismos internacionais fazem “quando discutem e legislam sobre temas da família e da vida”. Fica, assim, evidente que entre os objetivos das autoridades eclesásticas figuram: o combate aos direitos sexuais, à cultura da saúde reprodutiva, ao sexo seguro, ao aborto legal e seguro, à pluralidade dos arranjos familiares, à inseminação artificial, à livre expressão sexual e de gênero etc. O *Lexicon* ataca todo um conjunto de valores e referências que começou a se consolidar, sobretudo em sociedades mais avançadas e secularizadas e que, ao se afirmar nas conferências da ONU, dissemina-se pelo mundo.

Autor de cinco verbetes do *Lexicon*, Tony Anatrella, monsenhor francês, que se notabilizou, na França, nos anos 1990, pela virulenta oposição à adoção do PaCS (Pacto Civil de Solidariedade). Segundo ele, essa forma de união civil representava uma ameaça à natural “ordem simbólica”. Em “Homossexualidade e homofobia”, afirma que, “com o pretexto do direito à diferença”, grupos de pressão pressionam em favor do reconhecimento legal de casais homossexuais e do direito de adoção. Seguindo os passos de O’Leary, completa: os sistemas sociais e os indivíduos heterossexuais são frequentemente levados a se sentir culpados frente à homossexualidade, pois até mesmo interrogar-se sobre ela equivale ao delito de homofobia. A homossexualidade é por ele descrita como algo sem nenhum valor social, um emaranhado psíquico que a sociedade não pode institucionalizar. Afinal, prossegue ele, a sociedade não pode desconsiderar a “realidade objetiva”: o modelo natural de casal universal, composto por um homem e uma mulher heterossexuais. O reconhecimento dos casais de mesmo sexo seria, segundo ele, fruto de uma atitude eticamente frágil e de uma razão incoerente. Por isso, conclui, seria preciso deixar de estigmatizar e de tachar de homofóbicos todos os que questionam a legitimidade da homossexualidade.

Em relação à educação sexual, o *Lexicon* se posiciona pelo primado da família e sublinha os limites da educação sexual no âmbito escolar. O feminismo é nele sempre apontado como problemático. “Feministas do gênero”, “feministas radicais” ou “feministas lésbicas” são frequentemente objetivadas como mulheres que “pisoteiam a especificidade do gênio feminino”, que criam um “terreno favorável à violência”, disseminam a guerra dos sexos e aspiram para a sua “destruição”.

No *Lexicon*, assim como entre os conservadores da ordem sexual, sexo e sexualidade são elementos pertencentes à ordem transcendente, pré-social, natural e imutável (GARBAGNOLI, 2014). Não por acaso, em seu artigo “Novas definições de gênero”, Beatriz Vollmer de Coles, ao retomar a Teologia do Corpo, propôs uma nova definição de gênero, com vistas a conformá-la à “antropologia humana” defendida pela Igreja: a transcendente sexualidade humana deve estar em “conformidade com a ordem sexual natural, já presente no corpo”. São esses, aliás, os pressupostos da defesa vaticana da criação de um novo feminismo que, diametralmente oposto ao “feminismo de gênero”, não destruiria, mas contemplaria a “especificidade do gênio feminino”. Portanto, admite-se que se fale em *gênero*, desde que um gênero naturalizado, em nada semelhante às fabulações da “teoria/ideologia do *gender*”. Por fim, reitera-se o rechaço ao emprego de gênero como categoria analítica e promotora da desnaturalização da ordem sexual.

Ao fazer convergir a Teologia do Corpo e a formulação alarmista acerca da “teoria/ideologia de *gender*”, a Igreja passou a valer-se de dois dispositivos que parecem lhe permitir uma astuciosa reformulação de seu discurso sobre a ordem sexual. Uma reformulação cujo cunho reacionário, porém, nem sempre é evidente. Trata-se, de todo modo, de uma reação urdida frente a transformações no vasto campo das políticas sexuais, que se vêm dando na esteira de processos de secularização, na implementação de políticas que promovem ou ampliam direitos sexuais de mulheres e LGBTI, no incentivo de práticas pluralistas e no estabelecimento de jurisprudências que contradizem valores morais tradicionais ou colidem com as posições religiosas no campo da bioética (GARBAGNOLI, 2014).

Entre os anos que antecederam a produção e os imediatamente após a publicação do *Lexicon*, Ratzinger destacava-se pelos seus constantes pronunciamentos em relação a gênero, sexualidade e, mais especificamente, à homossexualidade. Entre suas publicações, vale aqui lembrar que, em 31 de maio de 2004, o documento de caráter doutrinal intitulado “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo” (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2004). Nela, defendeu a ideia de diferença sexual entre homens e mulheres e de família como instituição composta de pai e mãe e alertou que o conceito de gênero inspiraria “ideologias que promovem o questionamento da família” e “a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimórfica”. No entanto, em 22 de dezembro de 2008, já na condição de Papa Bento XVI, em seu “Discurso à Cúria Romana por Ocasão dos Votos de Feliz Natal”, descreveu o *gender*

como algo que, ao ensejar a autoemancipação do homem em relação à criação e ao Criador, contrariaria e desprezaria a natureza, e poderia levá-lo à autodestruição. No bojo desse pronunciamento, de teor explicitamente religioso, verifica-se o acionamento de conceitos laicos ou científicos. Seu autor fala em ecologia para propor a ideia de “ecologia do homem”, insinuando que a reflexão sobre a identidade sexual e as construções sociais relativas a gênero poderiam desintegrar o ser humano tal qual a ação humana insensata destrói a natureza. Bento XVI reivindicava para a Igreja Católica o direito e o dever de intervir na esfera pública para impedir a difusão do conceito de “gender”, considerando ser dela a responsabilidade pela “criação”. Embora expressando um ponto de vista típico de uma ideologia religiosa, o autor parecia esperar que, ao acionar conceitos laicos, embutiria elementos de teor científicos em seu discurso a ponto de ensejar sua acolhida como uma manifestação do interesse público universal.

Em 21 de dezembro de 2012, por ocasião do “Discurso à Cúria Romana na Apresentação de Votos Natalícios”, Bento XVI não apenas prosseguiu nessa mesma trilha do pronunciamento pré-natalício citado acima, mas fez uma condenação contundente sobre o tema. Nele, o autor procurou superpor a noção bíblica de “criação” com o conceito socioantropológico de “construção social”. Ao lado disso, os processos de construção são tidos como plenamente voluntariosos, livres de qualquer injunção social ou psíquica. Ou seja, há aí uma insistente incompreensão sobre a complexidade, a sutileza e a profundidade implicadas nos processos de reiteração e internalização das normas de gênero e de resistência à heteronormatividade. E mais: o pontífice insiste em uma convergência teórica e política entre o *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, de 1949, expressão da segunda onda do feminismo, e a vasta e disputada produção pós-estruturalista feminista e *queer* contemporânea.

Esse pronunciamento, recebido como uma chancela papal ao sintagma *gender* na acepção configurada no âmbito desse discurso antigênero, é apontado como tendo sido uma autorização pontifícia para seu emprego e difusão midiática, central para catalisar e revigorar a ofensiva contra a “teoria/ideologia do *gender*” em moldes transnacionais (GARBAGNOLI, 2014). Antecedidas por iniciativas de caráter piloto, a partir de então, desencadearam-se contundentes e bem organizadas manifestações antigênero, que conquistaram a cena pública em dezenas de países, com formas de intervenção idênticas ou semelhantes, no mesmo diapasão retórico.

Ao ganhar a arena pública em todos os continentes⁶, essa agenda antigênero, não obstante a matriz católica do seu discurso, passou a contar com adesões de diversas denominações religiosas, dentre elas, as igrejas evangélicas neopentecostais, as quais, especialmente na América Latina, demonstram saber se valer e se apropriar do léxico e da gramática antigênero para alavancar sua visibilidade e sua influência. Entre emulações e concorrências, essa incorporação parece se dar, em diferentes medidas, por meio de processos de adesão, captura, captação, reformulação, deslocamentos, além de outros, como a elisão da origem católica do discurso.

Cabe observar que não há elementos que nos permitam afirmar que o Brasil tenha desempenhado uma liderança no alvorecer do movimento antigênero no continente. Até o momento, as pesquisas parecem contrariar essa hipótese. No entanto, pode-se dizer que já havia traços da retórica antigênero em circulação no país pelo menos desde 2005, especialmente entre religiosos e defensores das terapias de reorientação sexual (JUNQUEIRA, 2009, 2018)⁷.

Nos anos seguintes, ao sabor da oposição ao programa do governo federal Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004, ao projeto de lei sobre a criminalização da homofobia (PLC 122/2006) e às normas deontológicas que proibiam a “cura gay”, houve um gradativo acionamento desse discurso. Em maio de 2011, por ocasião do veto ao kit anti-homofobia do Ministério da Educação, o sintagma “ideologia de gênero” não apareceu, embora detratores das políticas de equidade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual nas escolas viessem fazendo um uso enfático dessa retórica desde novembro do ano anterior. De fato, ao lado de notícias falsas, ameaças e intimidações, termos como “kit-gay”, “propaganda gay”, “apologia gay”, “lobby gay”, “ditadura gay”, “gayzismo”, “feminazi”, “fanatismo pró-gay”, “heterofobia”, “agenda”, “anti-família”, “ideologia anti-humana” pululavam no Congresso Nacional, nas escolas, na internet.

Em agosto de 2011, religiosos brasileiros começaram a falar em “ideologia de gênero” e, em março de 2014, o sintagma evidenciou-se de modo ostensivo no país, no curso das mobilizações de fundamentalistas e ultraconservadores pela exclusão das

⁶ Exemplos de países com mobilizações, organizações e políticas antigênero: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bermuda, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, Chipre, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Equador, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Guatemala, Honduras, Hungria, Irlanda, Itália, Jamaica, Letônia, Lituânia, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Porto Rico, Portugal, República Dominicana, Romênia, Rússia, Suíça, Taiwan, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, entre outros.

⁷ O ativista católico Júlio Severo foi um autor que disseminou precocemente, no Brasil, desde o final dos anos 1990, vários elementos daquilo que viria a caracterizar a retórica antigênero (JUNQUEIRA, 2018).

menções a gênero e orientação sexual dos planos nacional, estaduais e municipais de Educação. No final daquele mês, o cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro Oriani Tempesta publicou no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a primeira nota sobre o tema (COELHO; SANTOS, 2016; LACERDA, 2016; ROSADO-NUNES, 2015).

Existe “ideologia de gênero”?

Sara Garbagnoli (2014) e Giovanni Dall’Orto (2016) estão entre os estudiosos que apontam que, com o pronunciamento de dezembro de 2012, Bento XVI ao conceder o “sigilo papal”, legitimando a utilização do sintagma “gender” na acepção em que se vinha construindo pelos polemistas antigênero, sinalizou uma clara autorização para o seu emprego e difusão midiática. De fato, logo após, pode-se observar a eclosão, de modo viral, de um movimento transnacional antigênero em dezenas de países. Este, em que pese à diversidade de contextos e atores envolvidos, possui alguns elementos políticos e estratégias em comum. O mais evidente deles, como já se viu, é a defesa da “família natural”: representada como a “única natural”, fundada no matrimônio heterossexual e destinada à transmissão da vida, e apresentada como uma realidade sob constante ameaça e a ser protegida. Disso derivam tanto a ideia de que seria preciso garantir às crianças o direito de crescer em uma “família de verdade”, quanto a pressão sobre instâncias governamentais ou de representação política para interromper ou proibir a adoção de medidas noções supostamente inspiradas na “teoria/ideologia do *gender*”. Ao lado disso, costuma ter lugar impetuosa tem sido a defesa da primazia (ou da exclusividade) da família na educação moral e sexual dos filhos. Afinal, de acordo com as narrativas antigênero, a educação das crianças não deve sofrer interferências indevidas por da parte de escolas, que, ao sabor da implantação de uma ditadura do *gender*, teriam se convertido em “campos de reeducação e doutrinação”⁸. Não por acaso, o mundo da escola tem recebido grande atenção dos integrantes dos movimentos antigênero. Ali, a defesa da primazia da família na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos e à liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não-ideológica” ou a

⁸ Ficou célebre o discurso do cardeal Angelo Bagnasco, presidente da Conferência Episcopal Italiana, na abertura do Conselho Episcopal Permanente, em Roma, em 24 de março de 2014: “É a leitura ideológica do ‘gênero’ – uma verdadeira ditadura – que quer achatar a diversidade, homogeneizar tudo até a tratar a identidade do homem e da mulher como puras abstrações. É de se perguntar, com amargura, se querem fazer da escola campos de reeducação, de doutrinação. Os pais ainda têm o direito de educar os filhos ou foram desautorizados? (...) Os filhos não são cobaias nas mãos de ninguém, nem mesmo de técnicos ou de chamados especialistas. Que os pais não se deixem intimidar. Eles têm o direito de reagir com determinação e clareza (...)” (BAGNASCO, 2014).

uma “escola sem gênero”. Propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o caráter público e cidadão da formação escolar, tendem ser percebidas e denunciadas por esses movimentos como uma “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” daquelas famílias cujos valores morais e religiosos (de ordem estritamente privada) são, segundo eles mesmos, inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos produzidas por instituições, como a ONU, “colonizadas pela agenda do *gender*”.

Em que pese o caráter retrógrado e anticidadão de tais posicionamentos, ao fazer das questões de gênero e sexualidade uma controvérsia sobre o “humano” e a sobrevivência da sociedade, os setores mais conservadores da Igreja Católica, seus sequazes e outros grupos que aderiram a esse discurso parecem ter encontrado um meio eficiente de afirmar e disseminar seus valores e recuperar espaços políticos e angariar mais apoio. Afinal, na esteira dessa controvérsia, aliada à promoção de alarme social e pânico moral, a matriz religiosa do movimento antigênero pode ficar menos evidente. E isso, em alguns contextos, contribui para que grupos não explicitamente religiosos, políticos e gestores públicos, entre outros, possam somar-se às hostes da defesa da ordem sexual e da “família natural” e agir orientados, aparentemente, a partir de princípios legais, técnicos, em favor do interesse público, na luta contra a “teoria/ideologia do *gender*”. No entanto, em todos os casos, mesmo quando não explicitamente em cena, a matriz religiosa do discurso continua a soprar os papéis.

Para além da sinalização de que, em termos acadêmicos, “teoria” e “ideologia” não são conceitos intercambiáveis, ao procurar, finalmente, responder se existe “teoria/ideologia de *gender*”, vale enfatizar que, no vasto e consolidado campo dos Estudos de Gênero e afins, há teorias (no plural), que contemplam diferentes disciplinas, várias matrizes teóricas e políticas, nas quais figura *gênero* como um *conceito* (e não uma teoria ou uma ideologia) com múltiplas acepções e implicações críticas.

Dito isso, é preciso fazer notar que tão ou mais impróprio do que falar em uma teoria do gênero no singular é afirmar que as análises e as transformações preconizadas nos Estudos de Gênero e no feminismo implicariam privar as crianças do direito à família, transformar a escola um “campo de doutrinação do *gender*”, aniquilar a ordem simbólica e a humanidade ou outras extravagâncias semelhantes.

Ao mesmo tempo, vale afirmar que existe “teoria/ideologia de gênero” Existe, mas não conforme descrevem ou denunciam os cruzados antigênero. Existe como invenção vaticana polêmica. É um sintagma forjado para operar como uma arma política,

enquanto dispositivo retórico, metadiscursivo, paródico e reacionário. Um dispositivo que, de um lado, age para conter ou anular o potencial crítico e emancipador do feminismo e dos Estudos de Gênero e deslegitimar atores e reivindicações neles fundamentados. De outro, enseja a valorização, o acúmulo e a recuperação de capital social e político por parte de setores tradicionalistas e ultraconservadores – especialmente, o campo eclesiástico, interessado em manter e ampliar sua influência, inclusive em temas e espaços não estritamente religiosos ou que, em sociedade laicas, não deveriam ser religiosos, como a educação e a saúde pública.

“Teoria/ideologia de gênero”, portanto, existe e não corresponde e nem tampouco resulta do campo dos Estudos de Gênero ou dos movimentos feministas e LGBTI. É, em vez disso, um dispositivo de origem vaticana urdido para promover uma agenda ultraconservadora, antifeminista e antagonista à democracia e aos direitos humanos entendidos em bases mais amplas e plurais. Não por acaso, o sintagma é brandido como um *slogan* contrário à adoção da perspectiva de gênero ou da promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero em políticas públicas, no mundo social ou na vida cotidiana em geral. Desse modo, ao empenhar-se em favor da renaturalização e da ordem sexual e de gênero, reiterar as suas normas, reafirmar o moralismo e a dupla moral e reassegurar a interferência dos valores religiosos na vida pública, os missionários antigênero agem como genuínos promotores da *ideologia de gênero* – sem aspas, não como sintagma neológico, mas enquanto conceito sociológico, referente a fenômenos sociais bem radicados.

Por fim, para encerrar, cabe esclarecer que, o presente trabalho, sem pretender realizar uma contextualização histórica mais aprofundada, teve o propósito de deter-se na problematização de um processo – constitutivamente histórico e político – de construção de uma categoria, no curso do qual, em distintos cenários e condições, se inserem, se articulam e se acionam diferentes atores sociais, lugares de fala, estratégias discursivas, equipamentos retóricos de persuasão, entre outros elementos. Buscou-se, assim, perquirir a construção de um sintagma que, afinal, não parece operar apenas como importante categoria de percepção, classificação, hierarquização, marginalização e estigmatização. Mais do que isso, “teoria/ideologia de *gender*”, uma categoria retórica, tornou-se uma categoria política no sentido estrito e, então, uma poderosa categoria de mobilização política autoritária e reacionária.

Por isso, vale enfatizar: engendrado para operar como um dispositivo no cerne de uma estratégia de poder, este sintagma-*slogan* se relaciona a um projeto político e

religioso ultraconservador de reformulação e ulterior legitimação de uma determinada visão de “humano” e de sociedade sintonizada com concepções, valores e disposições de caráter antilaico, antifeminista e antidemocrático. Esta estratégia pressupõe investimentos contundentes na naturalização e atualização da dominação masculina, das normas de gênero e da matriz heterossexual, com vistas a fazer prevalecer maneiras de ser, pensar e agir pautadas, única ou prioritariamente, a partir de marcos morais, religiosos, tradicionais, dogmáticos, intransigentes e antipluralistas.

Agenda antigênero *versus* direito à educação

Fica claro que estamos diante da emergência de um cenário político-discursivo (JUNQUEIRA, 2018) reacionário, relacionado a uma ofensiva de matriz religiosa, que envolve instituições, grupos e atores sociais variados que operam localmente e, não raro, articulados em termos transnacionais. A partir de estratégias discursivas cuidadosamente elaboradas e dotadas de meios eficazes de interferir na esfera pública, visam reposicionar instituições e sistemas de crenças anacrônicos e, assim, impor visões de mundo e reorientar as políticas públicas a partir de marcos morais, tradicionalistas e intransigentes. Trata-se de um projeto de poder retrógrado associado, sobretudo, ao *aggiornamento* do dispositivo da sexualidade que tende a se desdobrar segundo dinâmicas e articulações de disputas por hegemonia.

Ao investir no potencial de mobilização da ordem moral, tal projeto de poder tem se mostrado capaz de agregar diferentes atores, instituições e forças sociais, segundo conjunções variadas e peculiares de interesses, táticas e condições. Redes de protagonistas e aliados, munidos de uma retórica meticulosamente urdida e suficientemente plástica para operar com eficácia em variados contextos, engajam-se com a intencionalidade de persuadir e arregimentar contingentes expressivos, em pugnas cadenciadas ao ritmo do cultivo de pânico moral, controles ideológicos, censuras, incompreensões, inseguranças, temores, alarmes, intransigências, ódios, estigmatizações e negações de direitos.

Assim, mesmo em cenários ou circunstâncias em que aparentemente as medidas propostas por esses movimentos pareçam ter maiores dificuldades para prosperar em função, por exemplo, de sua flagrante inconstitucionalidade (BRASIL, 2016), isso não costuma representar necessariamente um obstáculo intransponível para sua apresentação e tramitação nos espaços legislativos ou até para a sua contestável aprovação. A

apresentação de tais projetos e a polêmica em torno deles podem produzir efeitos favoráveis aos seus formuladores, cujos nomes tendem a ganhar projeção.

Ademais, mesmo diante de configurações jurídico-políticas ou socioculturais menos favoráveis à ampla recepção das suas iniciativas, a ofensiva promove a disseminação de representações sintonizadas com seus propósitos e visões de mundo, permitindo que seu discurso reacionário ganhe ulteriormente terreno e, ao sabor do investimento no pânico moral, favoreça processos de recrutamento, aliciamento, adesão ou captura. De todo modo, pode se observar ainda um difuso assujeitamento conformista, que, no cotidiano escolar, não raro, se expressa por meio da adoção de estratégias de autocensura por parte de dirigentes e docentes imersos em ambiências hostis instauradas ao sabor da ofensiva. Com isso, contribui-se para amortecer ou minar os potenciais transformadores e emancipatórios das relações pedagógicas e das políticas orientadas pelo direito à educação.

Além disso, a agenda educacional politicamente regressiva promovida pela ofensiva antigênero pode, sem dificuldades, encontrar meios para se articular às agendas de (contra)reformas educacionais preconizadas por movimentos empresariais, fortalecendo-se mutuamente em torno de um projeto liberal-conservador (BROWN, 2006; BIROLI, 2016; XIMENES, 2016). Afinal, a partir de pressupostos distintos, ambas agendas convergem em relação a várias medidas, como a privatização, a redução de recursos públicos para a educação pública, o aumento das transferências públicas em favor do ensino privado, as reformas curriculares, a deslegitimação da autonomia docente, a precarização das carreiras, o desestímulo às experiências de gestão democrática, a militarização das escolas, entre outras.

O ruidoso ataque dos cruzados defensores da primazia da “família natural” e da ordem moral e sexual tradicional frente a políticas educacionais e ações pedagógicas voltadas a promover o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a valorização do docente e a garantia da sua autonomia profissional, a formação para a cidadania – crítica e desafiadora, voltada a constituir sujeitos autônomos –, o reconhecimento da diversidade, o enfrentamento às desigualdades, o cultivo da ética democrática e a promoção dos direitos humanos e de práticas antidiscriminatórias representa uma ameaça concreta ao direito à educação e a todo processo de construção histórica de uma sociedade democrática.

É preciso reiterar que a ofensiva antigênero colide com o direito à educação de qualidade, assim como contra diversos direitos fundamentais e visa desmantelar

importantes conquistas dos movimentos sociais, especialmente do feminista e negro. Não por acaso, essas cruzadas investem no controle ideológico sobre os professores. Ambicionam instituir uma docência amordaçada, sem condições dignas de ser desempenhada, reduzida à mera reprodução acrítica e descontextualizada de conteúdos estanques, com base em métodos anacrônicos, alheios ao processo de ensino-aprendizagem e às necessidades dos educandos, exercida em uma ambiência hostil e contraproducente em termos pedagógicos.

Almeja-se, nitidamente, uma docência sitiada, genuflecta diante de valores, interesses e preceitos ideológicos sintonizados com um projeto político regressivo de escola e sociedade que pressupõe a recusa do reconhecimento da legitimidade de “um conjunto de objetivos educacionais públicos que devem ser assegurados pelo poder público a despeito dos limites dos interesses de compreensões e das concepções morais, políticas e religiosas das famílias” (XIMENES, 2016, p. 53). Uma nítida violação do “direito dos estudantes de ver ampliados os seus referenciais a partir de concepções diversas, republicanas e científicas, todas necessárias ao pleno exercício da autonomia individual e da cidadania” (55-56). Pretendem uma educação sem liberdade, divergência, reflexão, cidadania, diversidade e que não permita os estudantes se apropriarem da cultura: uma escola sem educação e destituída de exercer seu potencial transformador (CARA, 2016).

A fim de fortalecer as possibilidades de a escola se constituir em um espaço estratégico para a formação cidadã e a transformação social, é preciso observar que, ao construir e transmitir conhecimento, ela também fabrica sujeitos e subjetividades. Ao fazê-lo, geralmente reproduz padrões sociais iníquos, perpetua concepções e valores hegemônicos, naturaliza relações autoritárias, reitera hierarquias opressivas, sanciona clivagens sociais e legitima a acumulação desigual de recursos, poder e prestígio (SILVA, 2002).

Portanto, embora os missionários antigênero insistam em afirmar o contrário, a heteronormatividade está na ordem da política de educação e da escola e tende a estar presente em suas normas, currículos, espaços, ritos, rotinas, conteúdos e práticas pedagógicas. A instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade como única possibilidade natural e legítima de expressão sexual e de gênero envolve toda a escola e os sujeitos que a animam. Não raro, nas escolas, pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz heterossexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz

efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino-aprendizagem (JUNQUEIRA, 2013).

Diante disso, considerar “doutrinação”, “propaganda” ou promoção da “ideologia de gênero” políticas públicas e ações pedagógicas que adotam a perspectiva de gênero e voltam-se a enfrentar preconceitos e discriminações relacionadas a gênero e sexualidade equivale a ignorar os processos de heterossexualização compulsória, a artificialidade e a imposição socioinstitucional das normas de gênero. Esse entendimento negligencia a centralidade que assumem, na escola, os processos de normalização e ajustamento heterorreguladores e de marginalização de sujeitos, saberes e práticas dissidentes em relação à matriz heterossexual.

É insuficiente denunciar o preconceito e apregoar maior liberdade sem desafiar as normas e os processos sociais, políticos e epistemológicos por meio dos quais alguns indivíduos são normalizados enquanto outros são marginalizados. Assim, especialmente frente a uma ofensiva reacionária antigênero, em vez de buscar uma respeitabilidade domesticada, importa desafiar códigos dominantes de significação, desestabilizar relações de poder violentas, fender hierarquizações opressivas, perturbar classificações e questionar a produção de identidades reificadas e segregações. Importa seguir o nosso trabalho de sujeitos da educação cientes de que, mesmo com dificuldades, a escola é um espaço onde podem ser construídos e experimentados novos padrões de aprendizado, convivência, produção de conhecimento. Em vez de ameaças, intimidações, medo, dor e violência, vamos vislumbrar uma escola pulsante, um cenário de construção de liberdade e de dignificação da vida.

Referências

ALZAMORA REVOREDO, Oscar. *La ideologia de género: sus peligros y alcances*.

Lima: Conferencia Episcopal Peruana, 1998.

BAGNASCO, Angelo. *Prolusione del Cardinale Presidente*. Roma: Conferenza Episcopale Italiana, 2014.

BENTO XVI. *Discurso à Cúria Romana por Ocasão dos Votos de Feliz Natal*. Cidade do Vaticano, 22 dez. 2008.

_____. *Discurso à Cúria Romana na Apresentação de Votos Natalícios*. Cidade do Vaticano, 21 dez. 2013.

BIROLI, Flávia. A PEC 241 é a contra-face da “defesa da família”. *Blog da Boi Tempo*, São Paulo, 14 out. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Parecer nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.537/AL e 5.580/AL. Brasília, 19 out. 2016.

BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. *Political Theory*, Thousand Oaks, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BURGGRAF, Jutta. ¿Qué quiere decir género? En torno a un nuevo modo de hablar. Promesa: San José de Costa Rica, 2001.

CAMPOY, Ana. A conspiracy theory about sex and gender is being peddled around the world by the far right. *Quartz*, New York, 4 Nov. 2016.

CARA, Daniel. O programa escola Sem Partido quer uma escola sem educação. In: AÇÃO Educativa (Org.). *A Ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 43-47.

CARNAC, Romain. L’Église catholique contre “la théorie du genre”: construction d’un objet polémique dans le débat public français contemporain. *Synergies Italie*, Sylvain les Moulins/Turin, n.10, pp. 125-143, 2014.

CASELLATO, Alessandro. Il Family Day, il “gender” e i comunisti che corrompevano I bambini. *Treccani*, Atlante, Roma, 22 giu. 2015.

COELHO, Fernanda M. F. & SANTOS, Naira P. dos. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare*, João Pessoa, 13(1), 27-48, 2016.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London; MacGibbon & Kee, 1972.

_____. Whose side were we on? The undeclared politics of moral panic theory. *Crime, Media, Culture*, Thousand Oaks, v. 7, n. 3, pp. 237-243, Dec. 2011.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*. Roma, 31 maio, 2004.

CORREA, Sônia. “Direitos sexuais numa perspectiva internacional e histórica”. In: Veriano Terto Jr.; Ceres G. Victoria; Daniela Knauth (orgs.). *Direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 7-16.

_____. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 26, pp. 101-121, jul./dez. 2006.

DALL'ORTO, Giovanni. I turbamenti del giovane Gender. *Hermes - Journal of Communication*, Lecce, n. 7, pp. 33-60, 2016.

FAVIER, Anthony. La réception catholique des études de genre: une approche historique, en contexte francophone. *Hal*. Lille, set. 2012.

FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco a uma delegação do Departamento Internacional Católico para a Infância (BICE)*, Cidade do Vaticano, 11 abr. 2014.

GARBAGNOLI, Sara. “L’ideologia del genere”: l’irresistibile ascesa di un’invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell’ordine sessuale. *AG About Gender*, Genova, v. 3, n. 6, pp. 250-263, nov. 2014.

HUSSON, Anne-Charlotte. Stop à la rumeur: parlons de genre. *GenERe - Genre*. Lyon, 28 jan. 2014a.

_____. “Théorie du genre”: une formule au coeur du discours antiggenre. Que faire de La “Théorie du genre”? *Hal*, Lyon, out. 2014b.

JOÃO PAULO II. *Carta às Famílias – Gratissimam sane*. Roma, 2 fev. 1994.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *Bagoas*, Natal, v. 4, p. 171-189, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula R. Costa; MAGALHÃES, Joanalira C. (Org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, 2018. (no prelo).

- LACERDA, Marina B (2016). “Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. *X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, 30 ago.- 2 set.
- O’LEARY, Dale. *The Gender Agenda: redefining equality*. Lafayette: Vital Issues, 1997.
- PATERNOTTE, David. “Habemus gender! Autopsie d’une obsession vaticane”. In: Valérie Piette, David Paternotte, Sophie van der Dussen (dir.). *Habemus gender! Autopsie d’une obsession vaticane*. Bruxelas: EUB, 2016. p. 7-22.
- PELLAI, Alberto. Come si crea un allarme sociale? *L’età dello tsunami*. 17 ago 2015.
- PETCHESKY, Rosalind P. “Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional”. In: Regina M. Barbosa; Richard Parker (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999. p. 15-38.
- PONTIFICIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Família, matrimônio e “uniões de fato”*. Cidade do Vaticano, 26 jul. 2000.
- _____. *Lexicon: termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche*. 2. ed. Bologna: Dehoniane, 2006 [1. ed.: 2003].
- RIOS, Roger Raupp (Org.). *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- ROSADO-NUNES, Maria J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.
- SILVA, Tomás Tadeu da. (Org.). *Documento de identidade*. 2. ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica; 2002.
- SCHOOYANS, Michel. *El Evangelio frente al desorden mundial*. Colonia del Valle: Diana, 2000 [orig.: Fayard, 1997].
- XIMENES, Salomão B. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In: AÇÃO Educativa. (Org.). *A Ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.